

NO FINAL, O PODER POLÍTICO?

SPONSORED BY

multipessoal

NO FINAL, O PODER POLÍTICO?

Vivemos em grupo, somos seres coletivos, precisamos de organização e direção para sobrevivermos e evoluirmos. A Política que tem na sua génese etimológica a palavra polis (cidade), e é a consequência natural desta evolução social, a evolução das cidades. Somos seres sociais, somos naturalmente seres políticos. No final, a Política? Sim, e no início também a Política, e a responsabilidade de a fazer bem, de fazer bem pelas pessoas, pelos cidadãos, pelas cidades e pelos Estados, no fim, fazer bem pelo Mundo em que todos vivemos. Fazer também bem pelo Afeganistão. Neste dossier especial, falámos com Felipe Pathé Duarte sobre o poder político e religioso no Afeganistão e a forma como se sobrepõem e dramaticamente

condenam homens, mulheres e criancas a uma vida infeliz e desamparada.

Apresentamos o grupo de pessoas que vai ajudar-nos nos próximos anos a pensar como fazer bem, como fazer bem Política. O grupo de conselheiros Leading Politics que foi criado recentemente para ajudar a produzir conhecimento político para líderes.



136

ENTREVISTA

O caderno afegão está agora em branco

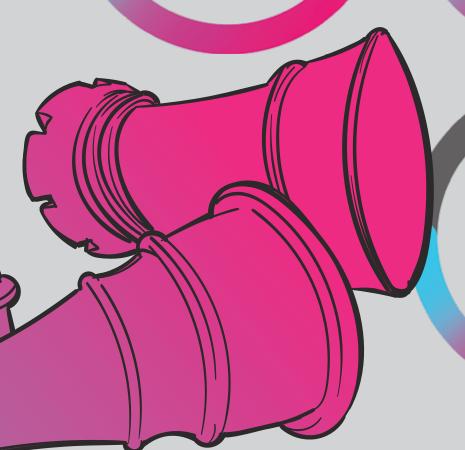
Felipe Pathé Duarte

140

ARTIGO

O Emprego como Ferramenta Política

André Ribeiro Pires



142

REPORTAGEM

A Democracia em
Portugal está "doente"
mas não tanto
como parece



O CADERNO AFEGÃO ESTÁ AGORA EM BRANCO

Uma viragem de estratégia de contra terrorismo para "nation-building" pode ter sido fatal para os EUA nesta retirada do Afeganistão. Vinte anos que no final não serviram de nada. A luta talibã pelo poder foi ganha, mas agora é preciso conquistar legitimidade para governar o país. No meio de tudo, sofrem as mulheres, os homossexuais e muitas minorias étnicas e religiosas que fazem parte daquele imenso território. Felipe Pathé Duarte, Professor e Investigador Universitário, nesta entrevista à *Líder*, fala-nos dos principais motivos de preocupação perante a atual situação política, económica e social afegã.

Por: Catarina G. Barosa e Rita Saldanha Fotos: Tema Central

A crise humanitária que hoje se vive no Afeganistão quase ensombra as questões políticas resultantes da ocupação feita pelo movimento talibã, agora aos comandos de um país em estado de sítio. Recentemente, o Felipe referiu que tal precipitação de acontecimentos "era completamente previsível e aparentemente inevitável". Então, o que está francamente errado em toda esta complexa situação? As coisas não correram como o esperado. Os limites do poder militar norte-americano – mesmo com a ajuda NATO e de outros aliados - foram demonstrados de uma forma incisiva. Mas não foi surpreendente. E há, essencialmente, duas questões que estão erradas. São complementares e com custos políticos. A primeira é que o uso instrumental da coerção para implementar rearranjos políticos geralmente provoca uma forte reação identitária. A segunda, é que, caso isso aconteça, é preciso tempo para criar estruturas de poder que se mantenham.

Sendo este momento "inevitável", quais poderão ser os próximos passos por parte do regime talibã e qual o papel da comunidade internacional?

O primeiro grande passo é criar condições para lhes ser reconhecida legitimidade internacional de poder. Para isso, a China e a Rússia são fundamentais. E nesse processo a oposição ao jihadismo global é-lhes fundamental.

A ascensão do regime talibã e a sua necessidade de legitimação traz consigo uma reversão total dos direitos humanos, principalmente para as mulheres. O que já se pode afirmar como sendo "expectável" que venha a acontecer neste domínio?

Creio que sim. E há um padrão que me leva a essa conclusão. Primeiro, os anos de regime talibã provaram essa reversão em absoluto. Segundo, foi uma tomada de poder que, embora aparentemente pacífica, teve anos prévios de intensa violência. E, por último, a doutrina que os fundamenta é profundamente avessa aos Direitos Humanos.

Além das mulheres, outras fações da sociedade são completamente ostracizadas. Ser homossexual, por exemplo, é inaceitável. Que grupos sociais ficam em perigo?

Para além destes que foram apontados, há minorias religiosas e étnicas que vão sofrer com a ascensão talibã. Hazaras, tajiques e professantes do xiismo são apenas alguns exemplos.

Em abril, a revista «The New Yorker» publicou o artigo "Leaving Afghanistan, and the Lessons of America's Longest War", onde realça as lições a aprender da experiência soviética no Afeganistão. No início de 2010. Mikhail Gorbatchov aconselhou o Presidente Barack Obama acerca da guerra no Afeganistão. Os EUA arriscavam um "grande fracasso estratégico" semelhante e Gorbatchov aconselhou uma abordagem de "duas vias" em busca de "uma reconciliação nacional" retirada controlada das tropas e conversações com as fações afegãs, nomeadamente os talibãs. Que lições ficaram por aprender, ou algo está a ser feito de maneira diferente? Há várias lições a aprender. A primeira é que as guerras assimétricas não se vencem só pela superioridade tecnológica, sobretudo quando há intenções absolutas de um dos lados e o suicídio é uma arma. A segunda,é a importância da geografia, que sempre desempenhou um papel crucial na história do Afeganistão. A terceira é que o islamismo militante e violento veio para ficar. A quarta é que os sonhos utópicos do "nation-building" podem dar pesadelos.

A culpa é de Tramp, Biden ou morre solteira?

Tudo isto é o culminar de 20 anos de más decisões político-militares dos EUA. O ponto de viragem foi quando a missão mudou do contraterrorismo para o "nation-building". Mas devemos olhar com admiração para aquilo que os norte-americanos conseguiram fazer nas últimas duas semanas antes da retirada total.

"TUDO ISTO É O CULMINAR DE 20 ANOS DE MÁS DECISÕES POLÍTICO--MILITARES DOS EUA. O PONTO DE VIRAGEM FOI QUANDO A MISSÃO MUDOU DO CONTRATERRORISMO PARA O NATION-BUILDING."

Negociar com grupos extremistas como são os talibãs é uma opção que traga algum sucesso?

Por muito que nos custe, a longo prazo, poderá vir a ser uma opção a considerar. Mas com muitos constrangimentos.

Numa escala de risco de ameaça terrorista, vivemos um momento "mais perigoso" em que os ânimos poderão estar "mais exaltados"? Podemos temer nova escalada?

É possível que sim. A ameaça de ataques futuros por seguidores do jihadismo global espalhados globalmente pode aumentar, se estes grupos tirarem vantagem da retirada de forças estrangeiras para explorar um potencial paraíso no Afeganistão. E isso pode acontecer se 1) houver guerra civil no Afeganistão; 2) se os talibãs não controlarem a totalidade do território; 3) ou se usarem estes grupos como "proxies" para atacarem Estados inimigos do regime. Repare que estas três hipóteses são cumulativas.

Também, nas suas palavras, referiu que este é um retrato da "falência ocidental" ou da "falência norte americana". Um conflito contra rebeldes islâmicos é invencível?

Tenho dúvidas que haja um conflito contra "rebeldes islâmicos", como diz. Há, sim, a ameaça do jihadismo global, que representa uma coisa diferente. E este tipo de ameaça, subversiva, de lógica assimétrica, tem como centro de gravidade as ideias e não tanto as estruturas. Logo, é um combate muito difícil de travar. É abrangente, longo e depende muito do papel da comunidade/ identidade que eles dizem representar, neste caso do jihadismo, é o Islão.

Desta vez a China está no radar de todos os observadores e especialistas em política internacional; porque devemos estar tão atentos?

Simples. A China está a tomar vantagem da retirada norte-americana. O 11 de Setembro desviou a atenção dos EUA para uma guerra invencível no Médio Oriente possibilitando a ascensão da China. Ou seja, atrasou-se o reequilíbrio dos EUA no Pacífico. Isto, deu margem para que a China se capacitasse de uma forma robusta. Agora, Pequim está a explorar a "derrota" dos EUA no Afeganistão para reiterar que o liberalismo ocidental não é apenas desnecessário para o sucesso económico das nações,



"PEQUIM ESTÁ A EXPLORAR
A DERROTA DOS EUA NO
AFEGANISTÃO PARA REITERAR QUE
O LIBERALISMO OCIDENTAL NÃO É
APENAS DESNECESSÁRIO PARA O
SUCESSO ECONÓMICO DAS NAÇÕES,
MAS QUE MINA A ESTABILIDADE
GLOBAL."

mas que mina a estabilidade global; e para ter maior ingerência na Ásia Central, geografia fundamental para a sua estratégia de expansão de soberania.

Este conflito no Afeganistão remete-nos para o impacto das

religiões na política e na organização dos Estados? Até onde devem ir as religiões? Como estabelecer fronteiras?

Sem dúvida. Nas democracias ocidentais a religião é matéria do foro privado. Há uma separação clara entre a esfera política e a espiritual, corolário de toda uma história político-filosófica. O mundo islâmico não tem isso. Doutrinalmente, o Islão tende à ortopraxia, dá enfase na conduta: há um Islão religioso (din), regulador modo de vida (dunya) e interventivo como Estado (dawla). E isso,

em Estados maioritariamente muçulmanos, dificulta

democracias liberais de estilo Ocidental. Mais ainda

quando no poder estão religiosos fundamentalistas.

Que liderança política é esta que se alimenta de uma religião qualquer que ela seja?

Será uma liderança baseada em fundamentos metapolíticos para legitimar o seu poder. Por regra, acabam por ter uma dimensão revolucionária e transformativa muito sedutora para os descontentes com o *statuo quo*. Catalisa ódios. Normalmente, aparece como pura e justicialista, por isso legitima com facilidade a violência. Veja-se o caso do Irão de Khomeini, em 1979.

O que impede o povo afegão de lutar contra o regime talibã em vez de fugir?

Incapacidade bélica, falta de apoio internacional e unidade política estruturada. Além de que os talibãs parecem estar mais fortes e sólidos que há 20 anos.

20 anos a treinar um Exército afegão para quê?

Para um "flop" cheio de boas intenções. Como disse, foram 20 anos de más decisões político-militares dos EUA.

0 "nation-building" é um caminho ardiloso, com elevados custos políticos. A homogeneidade universal dos regimes políticos não é natural e está fora de sintonia com a realidade. Era uma questão de tempo até os EUA saírem.



O que pode e deve fazer a comunidade internacional? E que entidades devem agora atuar?

A comunidade internacional terá de aguardar, perceber quais as repercussões desta transição de poder e agir em conformidade. E olhar para o papel da China, da Rússia e, eventualmente, do Paquistão. ●

BIO

Professor auxiliar e investigador na NOVA School of Law e no ISCPSI É consultor de risco geopolítico e segurança na VisionWare - Sistemas de Informação, SA. É comentador residente de assuntos de segurança internacional na RTP. Licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra, fez mestrado e doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica. Foi investigador convidado na Universidade de Oxford e no CSIS, em Washington DC. Foi bolseiro Fulbright no programa US National Security Policymaking. É ainda professor convidado no Instituto Universitário Militar e no CEPOL.



SAPOJORNAIS





O EMPREGO COMO FERRAMENTA POLÍTICA



André Ribeiro Pires Chief Operating Officer da Multipessoal

O mês de setembro está a ser marcado pelas atualizações otimistas dos indicadores económicos, bem como dos resultados ligados ao emprego. Falamos do recuo da taxa de desemprego para 6,6% em julho, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, o que coloca o País próximo da taxa de desemprego que existia em julho de 2019, antes da pandemia, com 6,5%. Esta visão otimista deve ser equilibrada tendo em conta as restrições a que as empresas foram sujeitas por via da adesão aos incentivos disponibilizados nos últimos 18 meses em Portugal e que, entre outras medidas, implicam a restrição ao despedimento ou à redução do número médio de recursos.

Também no desemprego existem preocupações a ressalvar. Em primeiro lugar, a renovação automática do subsídio de desemprego que pressiona algumas zonas do País com maior procura de perfis que, por estarem ao abrigo desta medida, não estão disponíveis para um novo emprego. Adicionalmente, o constante desequilíbrio entre as ações de desenvolvimento realizadas a estes recursos face à procura que existe no mercado. Toda esta pressão acaba por ser absorvida pelas empresas com consequências previsíveis se tivermos em conta a instabilidade que se verifica na economia global. Em suma, vivemos momentos otimistas, mas igualmente oportunistas, e que merecem ação estratégica e ponderada pelas instituições públicas estatais e locais. E se na reação às evoluções dos indicadores, focamos as medidas mais imediatas, no que diz respeito ao futuro do emprego, estamos obrigados a repensar rapidamente na

EM SUMA, VIVEMOS MOMENTOS OTIMISTAS, MAS IGUALMENTE OPORTUNISTAS, E QUE MERECEM AÇÃO ESTRATÉGICA E PONDERADA PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTATAIS E LOCAIS. forma como o emprego em Portugal deve ser visto como uma ferramenta de crescimento em detrimento de ser usado uma "arma" de propaganda.

No último evento sobre o futuro do emprego em Portugal, organizado pela Multipessoal em parceria com o Jornal Económico, debatemos o papel da política no emprego em Portugal, e tive a oportunidade de argumentar aquilo que considero essencial ao desenvolvimento português: devemos continuar a atrair empresas que procurem os seus centros de excelência em Portugal, mas sempre que o fazemos, devemos ter em conta o que acontecerá com estes recursos ao final de três a quatro anos. Somos bons a formar nas nossas faculdades, conseguimos colocar estes recursos em grandes projetos de início de carreira, mas quando atingem a senioridade nestas experiências procuram oportunidades globais, sem a restrição de um país ou uma única geografia. Este movimento leva à perda de valor na economia, na quebra da subsidiação da segurança social e na capacidade de retenção destes profissionais, o que coloca em causa os projetos empresariais.

Como solução mais oportunista, as entidades públicas devem procurar criar um ciclo de vida ou de formação dos recursos em Portugal, de forma a manter uma estratégia de absorção de recursos juniores mas também na forma como outras empresas podem absorver esses mesmos recursos no final da sua jornada, mantendo assim a ligação destas pessoas à economia portuguesa. E, acima de tudo, garantindo que Portugal é um País atrativo para reter os seus melhores profissionais e, ao mesmo tempo, atrair outros que veem em Portugal uma oportunidade.

Entre muitas mudanças, esta estratégia implica quebrar com o conceito dos programas governativos associados ao emprego. Urge a criação de um papel isento e apartidário, que observe e aja sobre o emprego na sua estratégia em detrimento do caminho mais fácil e populista que tipicamente é a alteração da regulação. Quando hoje falamos em medidas de emprego justo para os jovens, deixamos de lado a parte mais importante: quais os empregos que temos para os jovens e como vamos manter essa carreira no sítio onde os viu nascer? Vamos fazer política de emprego?

multipessoal

Temos várias soluções para os seus desafios!





A DEMOCRACIA EM PORTUGAL ESTÁ "DOENTE"



MAS NÃO TANTO COMO PARECE





Disse um dia Winston Churchill que "a democracia é o pior dos regimes, à excepção de todos os outros". Ultimamente o tema tem assumido especial relevância, não só porque estamos em ano de eleições mas também porque há sinais de alguma debilidade deste regime político. Pela atualidade que merece, o projeto Leadership Summit Portugal chamou a si esta questão, com a criação de um novo grupo de trabalho e reflexão, o Leading Politics. O grupo, constituído por políticos de todas as proveniências ideológicas, professores, comentadores e jornalistas, pretende ser uma plataforma de debate e de partilha de ideias, com o objetivo da produção de conhecimento relevante para as futuras lideranças. O primeiro encontro de conselheiros aconteceu em Cascais, no início de setembro, e contou com a análise de Michael Baum, professor catedrático da Universidade

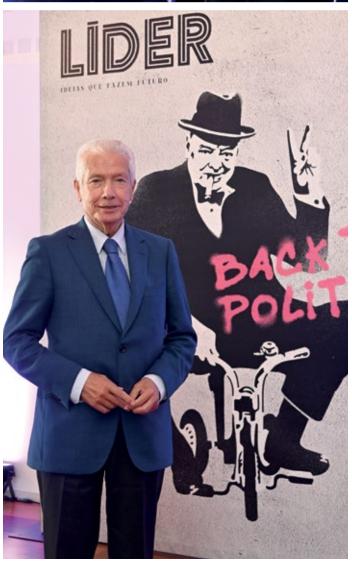
Católica Portuguesa (UCP) e Senior Fellow na University of California Berkely's Institute for European Studies, sobre o nível de qualidade da democracia em que vivemos. Para responder à pergunta "A democracia portuguesa está realmente doente?", o professor da licenciatura em Filosofia, Política e Economia, baseia-se em indicadores avançados por cientistas políticos para afirmar que são notórios os sinais de "desafeto e de insatisfação" em relação à política e que, genericamente, um pouco por todo o mundo, existe um "desencanto" por um sistema democrátio que está "doente".

Portugal não é exceção, admite o politólogo. O País apresenta um "quadro negro" assente em quatro sinais preocupantes: uma taxa de abstenção eleitoral alta, o declínio do interesse das populações em participarem em associações e partidos, o aumento da volatilidade







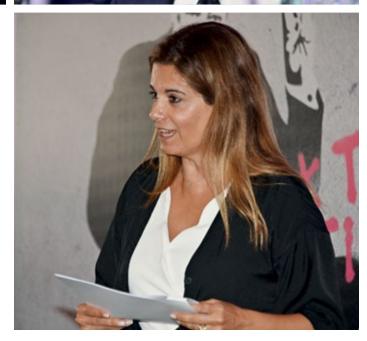








eleitoral e uma presidencialização do primeiro-ministro para além do "fraco trabalho do Parlamento". Os escândalos como o caso Novo Banco ou a queda do BES só acentuam o "desencanto", garante o atual membro do Conselho de Administração da FLAD, que considera ainda que, mesmo assim, a democracia portuguesa é "um copo meio cheio" e "não está tão doente como parece". Com uma forte ligação aos EUA, onde leciona, e a viver em Portugal há 30 anos, Michael Baum aponta como fatores diferenciadores e positivos face aos parceiros europeus, a estabilidade eleitoral portuguesa e o facto de os mandatos serem levados até ao fim; mesmo "a geringonça teve o seu sucesso e acabou o mandato". Em termos de polarização partidária, o professor admite que os temas políticos são cada vez mais geradores de discórdia, mas que também aqui "Portugal é um caso positivo", tal como se apresenta melhor do que outros países em matéria de desigualdades. A imagem que tem do país "adotado" é "positiva", mas existem questões





fraturantes que vão voltar a ser tema do dia. É o caso da regionalização, o assunto não vai desaparecer, afirma o especialista que "vai continuar e tem de ser discutido essencialmente em termos territoriais". Para melhorar o estado de coisas, dá como sugestão "uma aproximação à diáspora". Já em termos locais considera relevante o aumento dos Orçamentos Participativos das Câmaras para a acabar com a "ideia generalizada de que são *para inglês ver*".

Apesar das dificuldades e das fragilidades do sistema democrático, o catedrático tem "muitas dúvidas" de que uma mudança de regime político fosse melhor para Portugal, para além de que "ao longo dos anos tem havido uma estabilidade no sistema partidário português que é relativamente invulgar". Mesmo com um nível elevado de institucionalização do sistema partidário, Michael Baum refere que "Portugal é um grande sucesso". Admitindo que é um país desigual, "a fotografia é de estabilidade". Apesar das grandes assimetrias, "a fotografia que eu vejo do meu país adotado é a de uma imagem positiva", refere.







GRUPO LEADING POLITICS

